

Senador não negocia o mandato

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A transição para o regime democrático só será concretizada com a eleição direta do presidente da República depois da promulgação da nova Constituição, segundo o senador Rui Bacelar (PMDB-BA), autor do projeto que convoca eleições para 120 dias após o término dos trabalhos da Constituinte. Em sua opinião, a eventual aceitação da redução do mandato do presidente Sarney para cinco anos significa uma tentativa de apaziguar o ânimo dos constituintes em torno da questão.

Seria o caso de o presidente ceder um ano para que a Constituinte não lhe tire os quatro restantes, atra-

vés da realização de eleições diretas, observou o senador, para quem o mandato presidencial não deve ser negociado e as eleições diretas realizadas logo. "A população brasileira não vota há 27 anos para a Presidência da República e uma transição democrática que implica seis anos para um mandato conquistado indiretamente não pode ser aceita depois da promulgação da nova Constituição", afirmou o senador.

Para o senador Mário Covas (PMDB-SP), o mandato do presidente Sarney não deve ser discutido agora, quando não se debateu sequer a futura forma de governo, mas se o tema se tornar inevitável não há razão para fugir dele. Covas é favorável

a quatro anos de mandato e não vê maior importância na afirmação do consultor-geral da República, Saulo Ramos, de que Sarney aceitaria a redução de seu mandato para cinco anos, frisando que no partido existem correntes que defendem duração diversa para o mandato presidencial.

Apesar de o senador Mário Covas não acreditar que haja no PMDB maioria favorável à realização de eleições diretas para a Presidência da República depois de promulgada a nova Constituição, o deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) disse ontem, da tribuna da Constituinte, que sua "convicção é de que teremos eleições diretas para presidente da República em 1988".